

## 1. DADOS ETNOECOLÓGICOS

Seguem abaixo os trechos pinçados nos Estudos Etnoecológicos realizados na TI. Sororó (Suruí) e na TI. Apinajé (Apinajé) referentes as complementações solicitadas

### 1.1. Áreas de vulnerabilidade, áreas de importância cultural, interação com o rio Araguaia e distanciamento em relação às obras civis;

#### 1.1.1. TI SORORÓ (SURUÍ- AIKEWARA)

Os trechos a seguir foram extraídos dos itens “Diagnóstico Ambiental” e ‘Avaliação de Impactos’ do Estudo Etnoecológico realizado:

*“A implantação de uma hidrelétrica no baixo rio Araguaia trará impactos negativos de ordens distintas para a vida dos Aikewara, tradicionais habitantes da região. Junto à porção conhecida como “corredeiras de Santa Isabel”, a serra das Andorinhas tem, para este povo, uma dimensão simbólica significativa, ligada ao mito de origem, considerada a “morada dos karuwara” (espíritos dos mortos). Aquela região fazia parte de sua área de perambulação até a primeira metade do século XX, quando começou a ser ocupada por garimpeiros de cristal de rocha, intensificando-se desde então as pressões sobre os Aikewara e seu território.”*

*“Por outro lado, de modo concreto, a bacia do rio Gameleira, afluenta da margem esquerda do baixo Araguaia, será afetada com a formação do reservatório para o AHE Santa Isabel de acordo com este projeto; os formadores desse rio constituem, por sua vez, o limite sudeste da TI Sororó. As consequências se farão sentir para os Aikewara, sobretudo para a os componentes da aldeia Itahy, situada junto a um desses formadores, que têm na pesca, na caça e na coleta as suas fontes primordiais de subsistência, ao lado da agricultura. Naquela porção da TI Sororó há um castanhal importante (Água Fria), cuja produção é fonte de subsistência e de renda para a comunidade, apesar dos incêndios havidos terem destruído boa parte desse castanhal.”*

*“Já o deslocamento de populações provocado por empreendimentos de infraestrutura como as barragens torna ainda mais vulnerável a integridade dos territórios indígenas, sujeitos a invasões descontroladas, afora os níveis de violência crescentes representados pelo alcoolismo, prostituição, etc. que costumam acompanhar esses processos.”*

*“A história recente dos Aikewara é marcada pelos conflitos em torno da questão fundiária, com processos administrativos que se arrastam há décadas na agência governamental, permeados por crises institucionais e políticas que acabaram retardando as soluções para os problemas existentes. Ao longo dos anos, a TI Sororó, extremamente reduzida às pressões e desmandos políticos regionais é atualmente palco de inúmeras invasões e de incêndios provavelmente criminosos.”*

*“Mais uma vez, o anúncio de uma provável barragem no baixo Araguaia ocorre exatamente num momento em que a comunidade aikewara se prepara para reaver uma porção significativa de seu território, que permaneceu excluída com a demarcação efetuada da TI Sororó - a gleba Tuapekuakau, com cerca de 11.500 hectares. Ou seja, instaura-se um clima de incertezas e dúvidas justamente quando os interesses da comunidade e seu fortalecimento interno estão voltados para um empreendimento pelo qual aguardaram décadas e que diz respeito à recuperação dessa porção, bastante*

---

*degradada pela ação de desmatamentos e assentamentos fundiários, em parte incidentes em território reconhecidamente aikewara – e que lhes foi subtraído.”*

*“A intensificação da movimentação (transporte de pessoal, materiais, equipamentos, etc.) que vai se verificar em toda a região é um outro aspecto dos impactos negativos do eventual empreendimento em Santa Isabel. O eixo da rodovia BR-153, que corta em 11 km a TI Sororó, virá a apresentar incremento de tráfego no trecho compreendido entre o sudeste do estado do Pará e o norte do Tocantins, trazendo mais consequências nefastas para o modo de vida dos Aikewara. Afora a ausência de sinalização adequada, a rodovia propicia assaltos, roubos, invasões de caçadores ilegais, além de suas margens serem utilizadas para despejo de detritos e, não raras vezes, de cadáveres (por quatro vezes os Aikewara notificaram a polícia destas ocorrências).”*

*“Ficou evidenciado nestes Estudos que a maior ameaça atual à manutenção do modus vivendi tradicional dos Aikewara é a BR-153, que atravessa a TI Sororó por 11 km. Para além da perda original de 200 ha de território até hoje não indenizada pelo Estado e órgãos competentes, considerando as piçarreiras e a cobertura vegetal no entorno próximo, ano após ano a rodovia é origem de agressões ao território sob a forma de queimadas e outros incidentes. Em setembro e outubro de 2010, por exemplo, os Aikewara observaram atônitos a perda de pelo menos 4 mil hectares de mata, para não mencionar as centenas de animais, consumidos por um incêndio iniciado nos acostamentos da rodovia.”*

*“Seguindo o fluxo da BR multiplicaram-se os lotes (em sua maioria ilegais) e ‘fazendas’ ao redor da TI Sororó – “o povo vê que tem estrada boa e resolve morar por aqui perto. Na região inteira onde a estrada é melhor é aqui mesmo” afirmou Tawé Suruí. O depoimento de Tiapé Suruí, oferece uma teoria complementar e atenta ao imaginário das populações limítrofes à TI:*

*“O povo diz que a mata puxa chuva porque chove muito na mata. Já viu como São Geraldo (do Araguaia) e São Domingo (do Araguaia) são quentes? Lá quase não chove. Então, por isso todo mundo quer morar perto nossa reserva, é porque aqui é mais fresco, chove mais” (agosto 2010).”*

*“É de domínio público que o crescimento populacional no entorno aumenta as pressões sobre a Terra Indígena. O aumento da incidência de queimadas salta aos olhos. Uma rápida inspeção pelos relatórios da FUNAI e relatos dos próprios indígenas é capaz de revelar um claro aumento no número destas ocorrências no decorrer dos últimos anos: se antigamente eventos desta sorte ocorriam em períodos espaçados, atualmente, praticamente todo ano, no ‘verão’, ocorrem focos de incêndio. Como se não fosse suficiente, é em meio a esta população que se encontram os responsáveis pelos roubos de madeira que vêm assolando a mata nativa. Fala-se de caminhões e caminhões escoando madeira ilegal pela BR-153.”*

*“Para além destes incidentes, observa-se ainda o recuo (ilegal) das fronteiras da reserva. Sem a devida fiscalização, algumas fazendas e lotes de Projetos de Assentamento do INCRA no entorno chegam a ultrapassar dezenas de metros os limites legais da Terra Indígena e, em alguns casos, impedindo o acesso dos Aikewara a locais importantes, como cemitérios e territórios de caça, algo amplamente relatado pelos integrantes da aldeia Itahy. Além da pressão imediata sobre o território já demarcado, o aumento populacional no entorno da TI Sororó apresenta sérios riscos à necessária ampliação da*

TI, em reestudo, desde 1999. Explica-se, no passado, por medo de represálias, a população aikewara aceitou ter os limites de seu território reduzido, deixando de fora a localização de antigas aldeias (Figura 1), cemitérios, territórios de importância simbólica, como o acesso ao rio Sororó (Tatukapehy, em seu idioma). Hoje, praticamente todo o território pleiteado por esta população encontra-se ocupado por colonos, fazendeiros e até mesmo uma mineradora (que ademais, ignorando todas as leis ambientais, encontra-se a aproximados 3 km dos limites da atual TI Sororó).”

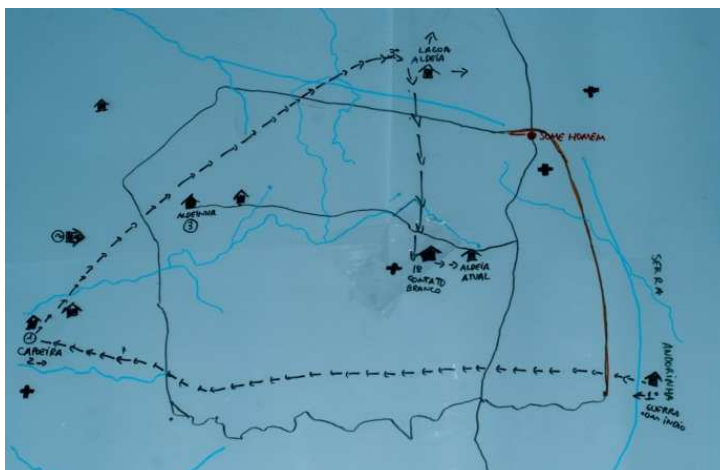


Figura 1. Croquis das aldeias excluídas na demarcação da atual TI Sororó (8/2011)

“Outro problema vivenciado pelos Aikewara como resultado da presença da BR é a contínua degradação da fauna local. Praticamente todas as semanas ocorrem relatos de animais atropelados na estrada, fato corriqueiro que não causa mais qualquer comoção, fenômeno que atinge de pequenos roedores e quelônios até mesmo onças (**vide Figura 2, abaixo**). Além disso, a estrada e os lotes no entorno são a principal via de entrada para caçadores ilegais. Na reserva ocorre toda sorte de caçadas, desde colonos locais interessados apenas em diferenciar o cardápio de caçadores que fazem da venda de peças de caça sua principal fonte de renda”.

“A gente que anda por aí, que fica na cidade, a gente escuta o pessoal falando: ‘Tem restaurante em São Geraldo (do Araguaia) que vende carne de caça’. Mas onde é que tem bicho na região toda? Só na nossa reserva”, Tiapé Surui.



Figura 2. O. Calheiros - setembro 2011.

*“De fato, como se observa em imagens de satélite da região, em uma área de centenas e centenas de quilômetros, a única região com vegetação nativa capaz de suportar a presença de mamíferos silvestres é, de fato, a Terra Indígena Sororó. Há que salientar que a caça de animais silvestres, além de elemento simbólico fundamental do “modus vivendi” tradicional, ainda é a principal fonte de proteínas da dieta dos Aikewara.”*

*“Porque é escondido, ninguém vê, o kamará acha que pode jogar e pronto. Coisa de quem não é gente (awa'yme)” – Muretama Suruí.*

*“Tornou-se comum que os vilarejos e fazendas próximas despejem o seu lixo nas margens da BR-153, no trecho em que corta a terra indígena. Além da óbvia degradação da flora, observa-se a degradação da própria fauna. Parte considerável dos dejetos é constituída por material de vacinação de gado e ração para animais vencida. Em diversas ocasiões, pacas, cutias e quelônios foram vistos em meio a esse material – os Aikewara inferem a partir de marcas no solo que veados também se utilizem destes dejetos –, animais amplamente consumidos pela população nativa, adoecendo-os, contaminando-os.”*

### **2.5.2. A UHE Santa Isabel e os Aikewara dentro do contexto regional**

*O projeto da UHE Santa Isabel existe desde 2000 quando saiu vencedor o consórcio Geração Santa Isabel – GESAI constituído pela Vale (43,85 %), BHP – Billiton Metais S. A. (20,60 %), Alcoa Alumínio S. A. (20 %), Votorantim Cimentos Ltda (10,0 %) e Camargo Corrêa S. A. (5,55 %). Durante a sua construção serão utilizados 4.900 profissionais (GESAI, 2010).*

*A UHE Santa Isabel é um projeto totalmente integrado nesse contexto de desenvolvimento regional discutido e que é impulsionado pelas indústrias mineradoras e siderúrgicas, na qual a Vale é a líder deste Consórcio.*

*Marabá é o centro comercial e de serviços da região sul e sudeste do Pará. Seu entorno vive de grandes investimentos feitos e em andamento em mineração, siderurgia e hidrelétricas resultando em conflitos pela terra, avanços de pastagens para pecuária bovina, indústria madeireira, problemas ambientais e trabalho escravo. Como afirmou o procurador chefe do Ministério Público Federal do Pará, Ubiratan Cazetta para o jornal Valor Econômico de 20 de junho de 2011 a região é “um caldo que está fervendo”. A UHE Santa Isabel é mais lenha para essa fogueira na qual quem se queima, entre outros, são os Aikewara.*

### **2.6. Conflitos socioambientais na TI Sororó e Entorno**

*A partir do exposto ao longo deste diagnóstico, fica claro a forte pressão exercida sobre TI Sororó, principalmente pelas ações e anseios da transformação de seu entorno em projetos de assentamentos, aumentando mais ainda a já forte densidade populacional dos seus limites e já acentuada degradação ambiental. A construção do UHE de Santa Isabel representará a pressão final para a concretização desses projetos de assentamentos pressionando por uma rápida regularização fundiária da região.*

*Essa pressão fica clara quando observamos o mapa de ameaças do entorno feito pelos Aikewara durante uma oficina realizada com o pessoal técnico da COPPE-UFRJ a serviço para o DNIT (componente indígena para o EIA da pavimentação da rodovia BR 230, a Transamazônica) (Figura 2.63).*

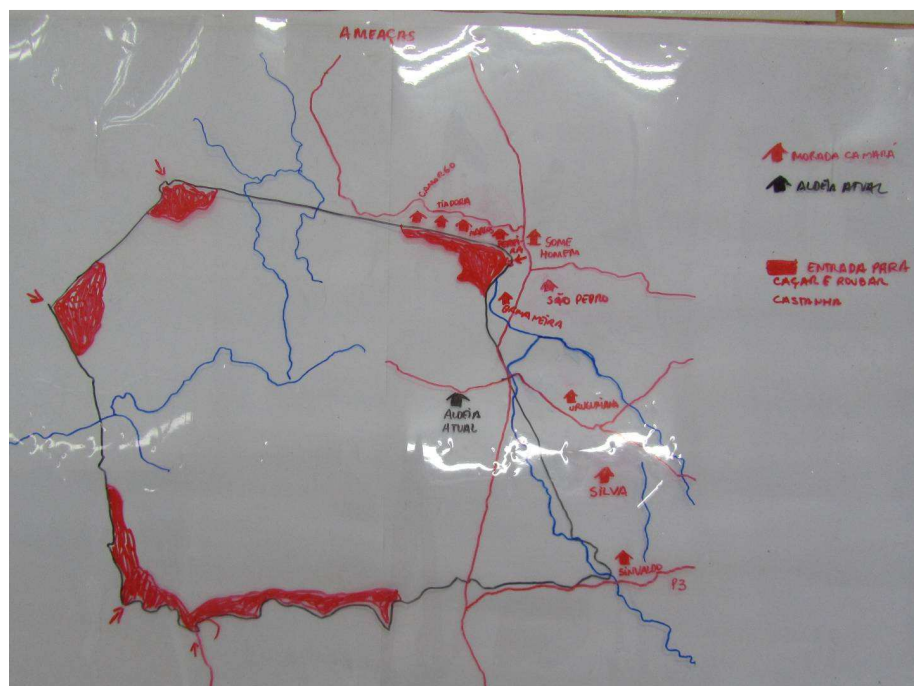


Figura 2.63: Mapa de ameaças produzido pelo Aikewara durante oficina realizada com a equipe técnica da COPPE-UFRJ, a serviço do DNIT

A seguir estão descritos os principais conflitos identificados na região da TI Sororó.

### 2.6.3. Caça ilegal

As atividades ilegais de caça na região apresentam três claras modalidades: caça esportiva, caça de subsistência e caça comercial. Entendê-las é fundamental para se mapear o possível aumento dessa atividade ilegal na TI Sororó com a construção do empreendimento da UHE Santa Isabel.

- *Caça esportiva*

Essa modalidade de caça é realizada nos fins de semana e feriados, quando um grupo de amigos se reúne e vai caçar em alguma área de fazenda da região. É uma atividade realizada por diversão e não por necessidade. Essa atividade também é realizada dentro dos limites da TI Sororó, ficando claro quando os Aikewara falam que os kamará (não-indígenas) matam por maldade, pois não levam a caça inteira só se aproveitando das partes mais nobres, uma característica de quem caça por esporte e não por necessidade de subsistência ou para atender o mercado de carne silvestre ilegal da região.

- *Caça de subsistência*

Os moradores dos vários projetos de assentamentos do INCRA na região, grande parte deles de baixa renda, complementam o seu consumo diário de proteína com o abate de animais silvestres. Esse é o consumo típico da área rural da região, uma caça por necessidade. Estando a TI Sororó cercada, principalmente na sua parte oeste e sul, por dois grandes projetos de assentamentos, essa área recebe uma pressão diária pelo abate de animais para o consumo de subsistência desses moradores. A grande pressão para que mais áreas no entorno da TI Sororó venham a se transformar em outros projetos de assentamentos do INCRA aumentará mais ainda a densidade populacional do seu entorno e a pressão dessa caça de subsistência.

- *Caça comercial*

*Apesar de ser ilegal existe nas áreas urbanas da região um mercado clandestino de carne de caça. Esse mercado é abastecido por caçadores profissionais, e também muitas vezes por um excedente da caça de subsistência realizada pelos próprios assentados dos projetos de assentamentos. Os sem-terras que moram perto de Marabá também vendem tatu, paca e cutia na beira das estradas da região, como pôde ser constatado pela própria equipe técnica no km 52 da PA-150.*

*Nas áreas urbanas da região, o mercado da carne de caça é um mercado voltado para a classe média e alta, diferentemente da caça de subsistência das áreas rurais, que é voltada para atender à mesa de uma família de baixa renda. A carne de caça vendida na área urbana de São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá são mais caras que a carne de boi, porco ou frango (tabela ). A única exceção seria talvez para o tatu que possui um preço muito similar ao frango, dependendo do tamanho, já que um tatu médio pesa de 5 a 7 quilos já limpo. Alguns podem chegar a até 15 quilos, já limpo.*

*Basicamente, esse é um mercado que opera através da encomenda de um determinado tipo de caça. Ele não funciona com um local de venda, normalmente sempre é feita primeiro a encomenda a um caçador. De acordo com os técnicos da SEMA de São Geraldo do Araguaia, nessa cidade há um consumo maior de tatu e capivara. Para eles, quem caça dentro da TI Sororó não é de São Geraldo do Araguaia. Também afirmaram que a cidade não é violenta e nem tem miséria.*

*Como seria de esperar após a análise da tabela de preços das carnes da região, a população consome mais carne de boi e frango. O peixe é caro e consumido mais pela classe média. O peixe que abastece São Geraldo do Araguaia vem basicamente de Tucuruí.*

*De acordo com os Aikewara, os kamará invasores de suas terras caçam mais veado, queixada e as vezes anta. Muitos vendem para caminhoneiros e restaurantes.*

*Independente da finalidade última da caça ilegal realizada dentro da TI Sororó, ela incomoda muito aos Aikewara, que afirmam:*

*“Não entendemos por que os kamará acabam com seus recursos e vêm então querer pegar os nossos! Não caçamos na terra deles. Eles têm que comer capim, tá tudo plantado com capim.”*

*O aumento populacional previsto para a obra da UHE Santa Isabel, que prevê a chegada de 4.900 trabalhadores, sem levar em conta suas famílias, provocará uma maior pressão sobre os recursos da região. Trabalhadores de baixa, média e alta renda provocarão um aumento das atividades de caça ilegal na região, seja ela para atender às necessidades de subsistência de uma família pobre migrante, principalmente do Maranhão, ou para atender o mercado de consumo de carnes exóticas amazônicas, intensificado pela chegada dos técnicos que se mudará para lá.*

*A maior circulação de recursos financeiros nas áreas urbanas da região, decorrente da construção do empreendimento da UHE Santa Isabel, dará maiores condições também para que mais moradores e com mais freqüência realizem seus almoços especiais de fim de semana com carne de caça.*

---

*Sendo a TI Sororó o mais importante bloco de floresta da região, a pressão sobre seus recursos faunísticos aumentará muito para atender esses novos consumidores ávidos por carnes exóticas.*

*A construção da UHE Santa Isabel poderá promover um aumento da demanda de carne de caça e invasão da TI Sororó por caçadores ilegais dos três segmentos de caça ilegal, acima descritos para a região.*

#### **2.6.4. Mineração**

*A região do Vale do Araguaia foi a primeira área do país a historicamente revelar a existência de diamantes no Brasil. Sua primeira gema foi descoberta em 1610 por um soldado enviado pelo conquistador francês La Ravardière ao Pará (Collyer & Kotschoubey, 2008). Já os primeiros registros referentes os depósitos de Minas Gerais, são datados somente um século depois em 1714.*

*Mas as dificuldades de acesso fizeram com que os aluviões diamantíferos do baixo Tocantins-Araguaia fossem explorados somente a partir de 1926. A exploração propriamente dita teve início em 1939 e durou mais de 30 anos, sendo desenvolvida principalmente pelas empresas de mineração Caeté-Mirim S/A Ananaquara S/A e Ocean Mining Inc. Estima-se que no verão regional, de julho a dezembro, durante o auge da produção o número de garimpeiros alcançou 12 mil homens que chegavam até a utilizar escafandro. Neste período a região produziu cerca 30.000 quilates de diamantes, correspondendo a 10 % do total da produção brasileira da época. Diamantes que se destacavam pela sua qualidade (Collyer & Kotschoubey, 2008).*

*Essa mineração de ouro e também de cristais de rocha contribuíram para a criação de novos núcleos populacionais na margem esquerda do Tocantins que já vinham sendo fundados como resultado do processo de povoamento provocado pela extração de caucho e castanha. Com a guerra houve um maior impulso pela procura de cristais de rocha provocando a fixação de um contingente populacional na região que complementou os efeitos da expansão pastoril. Foram esses garimpos de cristal de rocha, do baixo Araguaia que determinaram uma maior penetração na área tribal dos Suruí promovendo um maior contato e a sua conseqüente pacificação (Laraia & Matta, 1967).*

*Assim começa a surgir nas cercanias do território dos Aikewara, as margens do Araguaia, inúmeros garimpos ilegais de ouro, além de projetos de mineração, colonização e pecuária que faziam parte do Programa Grande Carajás concebido para a região na década de 1970. O estabelecimento de um corredor de exportação de minérios e produtos agrícolas do sul do Pará até o litoral maranhense se estabelecerá na região aumentando ainda mais os intensos conflitos pela posse de terras já existentes (CEDI, 1985).*

*Nessa época devido aos desmatamentos provocados por essas atividades já se percebia a redução da caça, principal fonte de proteína dos Suruí (CEDI, 1985).*

*Na década de 70 quando a guerrilha do Araguaia se instalou na região a área já se configurava como um importante local de minerais de alto valor estratégico cobiçado por setores nacionais e internacionais (CEDI, 1985). A região de Marabá se transformava numa das maiores reservas minerais do mundo.*

*Já em 1985 conforme a listagem do PROSIG/DNPM a firma particular de José Candido Araújo e Cia apresentaram em 3 de outubro de 1984 o relatório das atividades de pesquisa mineral em 10.000 ha localizado nas cabeceiras do igarapé Sororozinho, incidindo parcialmente com a área Sororó. José Candido, conhecido como o Zé Arara,*

obteve o alvará de pesquisa nesta área em 1981 assim como outros três lotes no limite da TI (CEDI, 1985).

Na década de 90 ainda existiam garimpos de cristais de rocha na região, compreendendo as variedades quartzo hialino, citrino e ametista (Almeida et al., 2001).

Em 2005 de acordo com um levantamento realizado por Ricardo & Rolla (2005) existia um requerimentos de pesquisa mineral junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, sobrepostos a TI Sororó (Quadro 2.6.1).

Quadro 2.6.1: Requerimento de pesquisa mineral por empresa na TI Sororó, válido junto ao DNPM em 2005.

<i>Empresa mineradora</i>	<i>Minério</i>	<i>Nº de requerimentos</i>	<i>Área da TI com incidência do requerimento</i>	<i>% da TI</i>
<i>Empresa de Mineração Miltônia Ltda.</i>	<i>Cobre</i>	<i>1</i>	<i>3.356</i>	<i>12,10</i>

Fonte: Ricardo & Rolla (2005)

Esse requerimento para a pesquisa de cobre se sobrepõem a 3.356 ha dos 26.258 ha da TI Sororó, correspondendo a 12,10 % da área dessa TI. A Empresa de Mineração Miltônia Ltda. Titular desse requerimento de pesquisa possuem também mais outros 17 requerimentos que se sobrepõem a outras 7 terras indígenas de diferentes partes da Amazônia.

Esses requerimentos possuem uma relação hipotética com a existência efetiva de jazidas a serem exploradas. Somente com a realização dos trabalhos de pesquisa mineral, geralmente demorados, custosos e infrutíferos, é que se pode saber se há ou não jazida explorável e em caso positivo, qual é os eu potencial, rentabilidade e interesse geral para a economia do país. Mas os requerimentos constituem um mercado em si e podem ter um valor relevante para o valor da empresa ou de suas ações nas bolsas de valores (Santili, 1999).

Além disso, todo o seu limite sul e oeste, nas margens dos rios Sororó e Sororozinho, justamente onde estão os projetos de assentamentos do INCRA, estão também outros requerimentos de pesquisa mineral. Ao sul esses requerimentos chegam bem perto do limite da TI Sororó (Figura 2.64).

O rio Sororó e Sororozinho, a oeste da TI Sororó, possuem quatro garimpos de cristal de rocha que nessa localidade se associam em drusas, preenchendo "bolsões" dispostos segundo orientação filoneana. Dois ativos e dois inativo. Os cristais variam de dimensões centimétricas a decimétricas, raramente atingindo 1m de comprimento (Almeida et al. 2001).

A produção de cristal de rocha na região os classificam em três tipos 1ª, 2ª e 3ª. A maior parte da produção corresponde a produção de lascas, seguido de cristais para ornamentação e finalmente uma pequena fração com grau eletrônico. A produção não é controlada sendo a comercialização realizada com compradores do centro-sul do país (Almeida et al. 2002).

Na margem esquerda do Sororozinho também existe um garimpo de ametista. Os garimpos de cristais de rocha e de ametista que propiciaram o desenvolvimento da região



de Xambioá nas décadas de 40/50 estão hoje com as atividades semi paralisadas devido às desvantagens do preço de mercado e custos de produção (Souza & Moreton, 2001).

Todos esses garimpos de cristal-de-rocha e ametista se localizam dentro de uma área (área rosada do mapa metalogenético) com um contexto geológico favorável, provável e/ou de possíveis metalotecnos, ocorrências e/ou indícios diretos de mineralização (Almeida et al., 2002). Área onde justamente se encontram grande parte das requisições minerárias e onde os Suruí-Aikewara solicitam a ampliação de sua terra indígena através da Gleba Tuapekuakau.

De acordo com Almeida et al. (2001) também foi identificada uma reserva de 12.500 m<sup>3</sup> de argila vermelha no rio Sororó a 14 km de Marabá. Área distante da TI Sororó, mas é justamente em um de seus afluentes no igarapé Sororozinho que os Suruí-Alkewara coletavam a argila necessária para fazerem suas painéis de cerâmica. Área que ficou fora da TI Sororó, mas que está justamente sendo solicitada novamente por eles através da Gleba Tuapekuakau.

Uma ocorrência de mármore, intercalados em meio aos metassedimentos do Grupo Baixo Araguaia, mas sem ter suas características conhecidas, se localiza no rio Gameleira, a 21 km a oeste do povoado de Santa Isabel do Araguaia (Souza & Moreton, 2001). Área que não foi possível de se identificar exatamente sua localização, mas que pela distância se localiza próxima a TI Sororó.

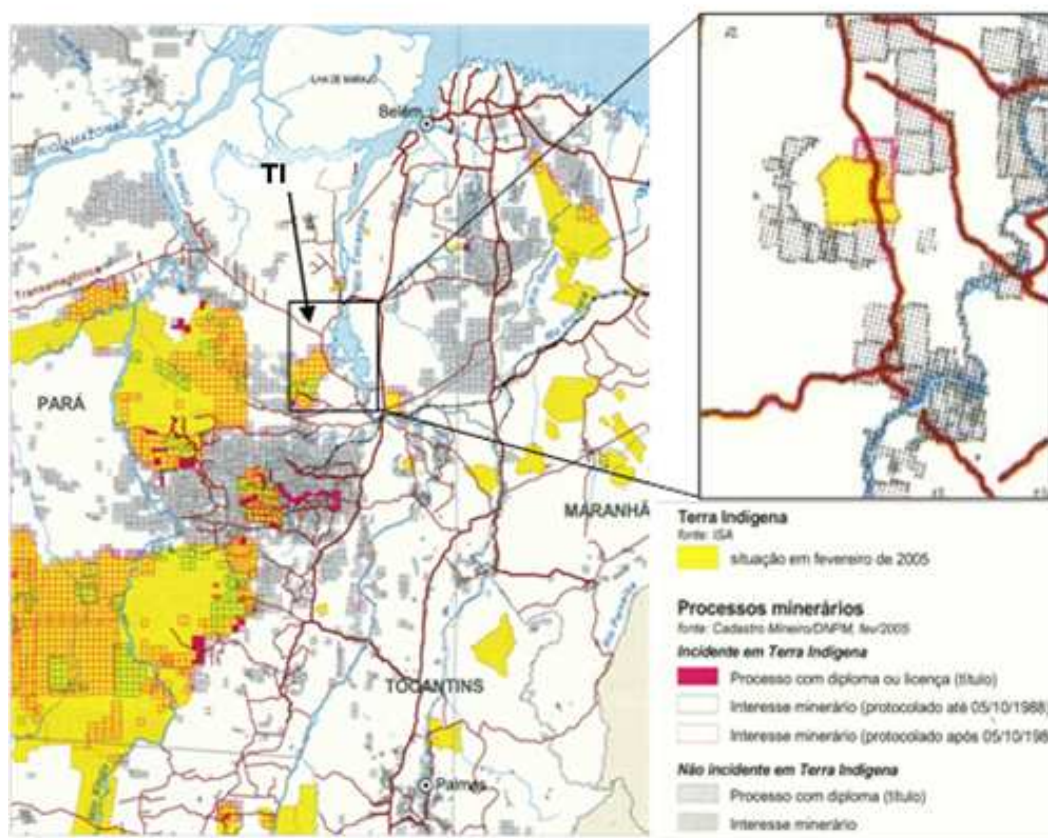


Figura 2.64: Incidência de interesses e títulos minerários nas terras indígenas da Amazônia. Fonte: Ricardo & Rolla, 2005

### **2.6.5. A rodovia BR 153**

*Além de todos os problemas e vulnerabilidades da TI Sororó ao longo de todo o seu entorno já relatados, existe um outro grande ponto vulnerável dessa TI: a rodovia BR 153, que corta em 9 quilômetros a parte sul da Terra Indígena.*

*Em 1972, o Exército começou a abrir várias estradas operacionais ligando a Transamazônica ao Araguaia para combater o chamado movimento guerrilheiro do Araguaia. A aldeia Aikewara, por sua localização estratégica serviu de base para localização do Exército que, no começo, fez somente uma pista de pouso para pequenos aviões. Mais tarde fizeram a estrada conhecida como OP-2 e utilizaram os Aikewara como seus batedores, na mata.*

*De acordo com as lembranças de um Aikewara, que na época tinha uns 10 para 12 anos, “primeiro o Exército abriu [a picada] com o facão, depois usou a moto-serra e por fim passou uma máquina que deixou pronto” (Beltrão, et al. 2008). Em 1981, a OP-2 começou a ser ampliada pelo Batalhão de Engenharia Civil (BEC) atendendo aos interesses políticos do Major Sebastião Moura, o Major “Curió”. Mais tarde a OP-2 foi transformada em PA-253 e hoje é conhecida como BR-153 (Beltrão et al, 2008).*

*A rodovia, que corta cerca de 11 km da TI Sororó, é o ponto de maior vulnerabilidade dessa TI e também o ponto de maior conflito dos Aikewara com o entorno. Até hoje relembram que ninguém sequer os consultou para a construção dessa estrada, assim como não receberam qualquer indenização, apesar do envolvimento da Procuradoria da República em Marabá. Já são quase 40 anos desde que a rodovia começou a ser construída, em que perderam cerca de 200 ha de seu território sem qualquer indenização por parte do governo. A abertura desta estrada cortou o mais produtivo castanhal indígena reduzindo em mais de 70 % a produção dos seus castanhais sem indenização (Beltrão, et al. 2008).*

*Em dezembro de 1997, a Procuradoria da República em Marabá interpelou o Governo do Estado do Pará sobre a ampliação e a pavimentação da rodovia sem que o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) tivessem sido feitos. Tampouco as medidas mitigadoras solicitadas pelos Aikewara foram implementadas até hoje, tais como sinalização adequada, sonorizadores, lombadas, passagens subterrâneas e sistema de vigilância.*

*Os problemas com a BR 153 vêm desde a época em que esta ainda não estava asfaltada, quando era constante a permanência de pessoas estranhas em seu território, devido aos veículos quebrados e/ou atolados. Após o asfaltamento, outros problemas se intensificaram como o atropelamento da sua fauna, a deposição de detritos em suas margens (o que acaba contaminando as caças e os igarapés), os assaltos e até mesmo despejo de cadáveres de pessoas assassinadas na região.*

*Várias ações de obstrução da estrada já foram realizadas pelos Aikewara como medidas de protestos ao longo desses anos e, em algumas delas, chegaram a pedir o pagamento de pedágio, já que as “compensações” prometidas nunca foram cumpridas, mesmo após a elaboração do laudo antropológico a posteriori, a pedido da Procuradoria da República em Marabá.*

*Uma dessas obstruções foi realizada no dia 17 de março de 2003 e resultou em um indiciamento de três Aikewara pela prática de roubo qualificado e lesão corporal contra Divino Eterno da Silva. Às 4 horas da madrugada do referido dia, Divino Eterno furou o bloqueio imposto pelos indígenas dizendo temer que fosse um assalto, o que resultou no quase atropelamento de três indígenas e no alvejamento do seu carro por tiros de alerta.*

*Divino e sua esposa foram aprisionados pelos índios no bloqueio mais à frente, localizado sobre a ponte do igarapé Gameleira e sofreram punição com paxiúba<sup>1</sup> por terem desrespeitado os índios e quase atropelado três deles. Outros depoimentos alegam que Divino já tinha conhecimento de que a estrada estava interditada, pois todos os veículos impedidos de passar ficaram esperando na localidade conhecida como Some Homem, mas mesmo assim esse insistiu em passar o bloqueio na base da força.*

*Essa obstrução da estrada aconteceu após os Aikewara encontrarem pela terceira vez um cadáver à beira da rodovia, dentro de seu território, no dia 16 de março de 2006. Avisaram a FUNAI em Marabá e decidiram fechar a rodovia.*

*A BR 153 é a principal via de acesso à região sul do Brasil na região. Um motorista da região afirmou que cerca de 60 % dos produtos provenientes do sul do Brasil com destino a Marabá passam por essa rodovia. Também grande parte do cimento usado em Marabá vem da fábrica de cimentos Tocantins (Votorantim), localizada em Xambioá (TO), passando por essa rodovia. O mesmo acontecendo com o calcário. E qualquer problema que aconteça na Belém-Brasília provoca o redirecionamento de todo o seu trânsito para a BR 153.*

*De acordo com técnicos da COPPE-UFRJ contratados para realizar o estudo do componente indígena com vistas ao EIA para a pavimentação da BR 230, a rodovia Transamazônica, existem planos para readequação e melhoras da BR 153, mas não de duplicação.*

*De acordo com a primeira ação de comunicação sobre a pavimentação da BR 230 realizada na aldeia Sororó no dia 15 de fevereiro de 2011 pelos técnicos da COPPE-UFRJ, o asfaltamento da Transamazônica estava com previsão inicial para conclusão no final de 2011, mas não será cumprido nesse prazo devido aos atrasos existentes. Sua pavimentação vai afetar 26 terras indígenas da região e aumentar o fluxo nas vicinais, o que inclui a BR 153 que cruza a TI Sororó e mudará muito a região. O componente indígena da TI Sororó sobre a pavimentação da BR 230 ainda não foi entregue para a análise pela FUNAI nem os Aikewara conhecem o seu conteúdo. Foi comunicada nessa ocasião a criação de uma frequência de radiofonia, a 6780 kHz, para receber as denúncias de problemas durante as obras. Como na TI Sororó não estão com um rádio funcionando, o DNIT ficará responsável pelo de empréstimo/doação.*

*Uma das medidas de impacto já identificadas no EIA da UHE Santa Isabel é o uso da BR 153 na rota que passa pela TI Sororó para o transporte de cargas leves, pequeno contingente de pessoal gerencial da obra e técnicos especializados que terão acesso à região por transporte aéreo, não sendo ainda possível antecipar qual será o volume desse tráfego.*

*A seguir são elencados e descritos alguns dos aspectos identificados em consequência da BR-153, já existente cruzar a TI.*

- *Ausência de sinalização e manutenção*

*A BR 153 possui dentro dos limites da TI Sororó uma péssima situação de manutenção com inúmeros buracos e inclusive partes em que o asfalto foi retirado justamente por causa desses vários buracos.*

---

<sup>1</sup> A punição comumente aplicada pelos Aikewara nestas circunstâncias consiste em esfregar caules da palmeira, repletos de espinhos, no corpo dos infratores.

*A sinalização também é precária, principalmente no que se refere à observação de que ela cruza uma Terra Indígena e dos cuidados especiais que os motoristas devem ter devido a esse fato. Existe uma única placa no limite da TI Sororó, no sentido Marabá-São Geraldo do Araguaia, que avisa sobre a entrada em uma Terra Indígena. Muitas placas foram queimadas durante os vários incêndios que acometem a região no verão. Mais placas foram queimadas no lado direito do sentido Marabá-São Geraldo do Araguaia. Outras placas existem, mas estão escondidas pela mata que, em alguns casos, também encobre boa parte do acostamento.*

*Uma placa onde está escrito “Reserva Indígena Suruí” foi queimada e estava caída na beira da estrada, tendo sido recolhida pelos Aikewara e colocada na estrada vicinal, de acesso à aldeia Sororó. O mesmo foi feito com outra placa avisando da existência de lombada.*

- *Assaltos*

*Sendo a única área de mata da região a área da BR 153 que corta a TI Sororó também é um conhecido ponto de assalto e também esconderijo de assaltantes de bancos nas cidades próximas.*

*A “Ladeira do Cupu”, um lugar alto que permite ampla visão da estrada nos dois sentidos é um ponto tradicional de assaltos que sempre são realizados por motoqueiros. Um lugar perigoso à noite. De acordo com os Aikewara, muitas vezes os próprios indígenas são acusados de serem os assaltantes.*

*Num ponto no meio da estrada está localizado também, de acordo com Ikatu Suruí, o esconderijo de assaltantes do banco de São Domingos do Araguaia. Um local limpo, com embalagens de biscoitos e marmitex.*

*Em outro depoimento, Ikatu relembra que quando teve o assalto ao Banco do Brasil de São Geraldo do Araguaia, onde até chegou a ter tiroteio no meio da rua, os bandidos fugiram em direção à TI Sororó. Na perseguição pelos policiais, ao chegar no portão da aldeia, jogou o carro na mata e foi correndo a pé se esconder na casinha da guarita na entrada da aldeia Sororó. Foi Tawe, um dos Aikewara que estava na portaria, quem indicou para os policiais que o bandido estava ali dentro. Ikatu Suruí deixou claro que essa mata é perigosa, “os bandidos vêm tudo se esconder nela”.*

- *Despejo de cadáveres*

*As margens da rodovia BR 153 dentro dos limites da TI Sororó também é um local de desova de cadáveres. Ao todo já foram despejados em suas bordas quatro cadáveres, todos de homens. O primeiro cadáver encontrado foi enterrado pelos próprios Aikewara. Segundo eles, “nem o IML nem a policia vieram ver”. O segundo cadáver foi do “Luiz da Kombi”. Era um homem que fazia a linha de São Geraldo do Araguaia para Marabá. Fretaram o seu veículo para ir pegar uma família e, chegando na TI Sororó, assaltaram-no. Quando encontraram o corpo, a família já o estava procurando. Ikatu acha que foi mais ou menos em 1995.*

*O terceiro cadáver foi encontrado bem na beira da estrada, justamente na ladeira do Cupu, local perigoso por ser um ponto de assalto. Esse local também é a entrada de um dos castanhais dos Aikewara. O cachorro começou a latir e um deles descobriu e contou na aldeia. O IML veio apanhar o corpo e levou para Marabá. Esse corpo despido, com a cabeça cortada fora e em estado avançado de decomposição foi encontrado pelo indígena Jurandir no dia 16 de março de 2003 do lado direito no sentido São Domingos – São Geraldo do Araguaia. Parece que recebeu dois tiros e também passaram com o carro ou caminhão por cima dele, por isso a cabeça estava cortada fora. Depois do encontro desse*

*corpo os Aikewara resolveram bloquear a estrada, o que resultou no incidente relatado acima.*

*O quarto cadáver foi de um moto-taxista de São Geraldo do Araguaia que também foi morto após ter sido roubado. Mataram e ligaram para a família dele informando que tinham jogado seu corpo perto da onde tinha uma placa e um grande pé de caju de janeiro. Esse cadáver foi encontrado em 2010, sendo o último despejado na BR 153 dentro dos limites da TI Sororó.*

*Para os Aikewara, um corpo em decomposição é algo impuro, contaminante e provoca a contaminação dos animais que se alimentam desse corpo. O consumo desses animais poderá provocar doenças. Locais onde foram achados corpos foram interditados por longo tempo às atividades dos Aikewara prejudicando-os economicamente, pois impossibilitou o seu acesso a castanhais e aos poucos recursos hídricos que restaram para a pesca com a demarcação da TI (Beltrão et al., 2008).*

*Jabuti e cutia podem comer esses cadáveres e as mulheres já não querem mais comer esses animais capturados próximo aos locais onde foram encontrados os corpos. Além de contaminar os animais e corpos d'água, para os Aikewara o espírito de um corpo insepulto começará a vagar no território aikewara trazendo sérios riscos aos seus moradores.*

- *Cemitério da guerrilha do Araguaia*

*Num ponto próximo a estrada BR 153 também foi encontrado um cemitério da guerrilha do Araguaia, movimento que se desenvolveu desde o final da década de 60 a 1975, praticamente em território dos Aikewara e seus arredores. Em 1973, por terem sido mercenários do Exército, com o conhecimento e aval da FUNAI, foi-lhes prometida, "como recompensa", a demarcação de seu território, processo que se desenvolveu eivado de equívocos técnicos e políticos. Segundo depoimentos de Ikatu Suruí, no ano passado o Exército "limpou a área e retirou as ossadas encontradas". Os Aikewara afirmam, entretanto, que ainda há vestígios não revelados ao Exército, como roupas e botinas.*

*Desde janeiro de 2010, a Comissão de Direitos Humanos, a partir de um escritório localizado em Brejo Grande do Araguaia, listou apenas alguns integrantes da aldeia Sororó para serem indenizados individualmente, dada a sua participação compulsória na repressão empreendida pelo Exército ao movimento guerrilheiro. Estes processos estão em curso, embora o envolvimento dos Aikewara tenha tido um caráter coletivo, tendo deixado profundas marcas psicológicas em muitos indivíduos.*

- *Despejo de dejetos*

*As margens da rodovia BR 153 ao longo de toda a extensão que corta a TI Sororó são também locais de despejo de dejetos da região. Embalagens de agrotóxicos e herbicidas, seringas de vacinação de gado, carne e mortadela vencidas, etc. Estes produtos, que após as chuvas são levados para os igarapés da região, contaminam os poucos corpos d'água que existem no interior do território aikewara demarcado. Os componentes da aldeia Itahy, que utilizam a água do igarapé Gameleira para tomar banho, têm suas águas contaminadas por um desses locais de despejo de dejetos.*

*Animais como jabuti e cutia também comem as comidas vencidas, como frango e mortadela, contaminando-se. As mulheres aikewara já se recusam a comer esses animais abatidos nas regiões próximas à estrada.*

- *Incêndios*

*Todo ‘verão’ (estação seca regional) a TI Sororó sofre com os incêndios provenientes das fazendas vizinhas dentro dos seus limites, mas o principal ponto de início de incêndios na TI Sororó é justamente a beira da BR 153.*

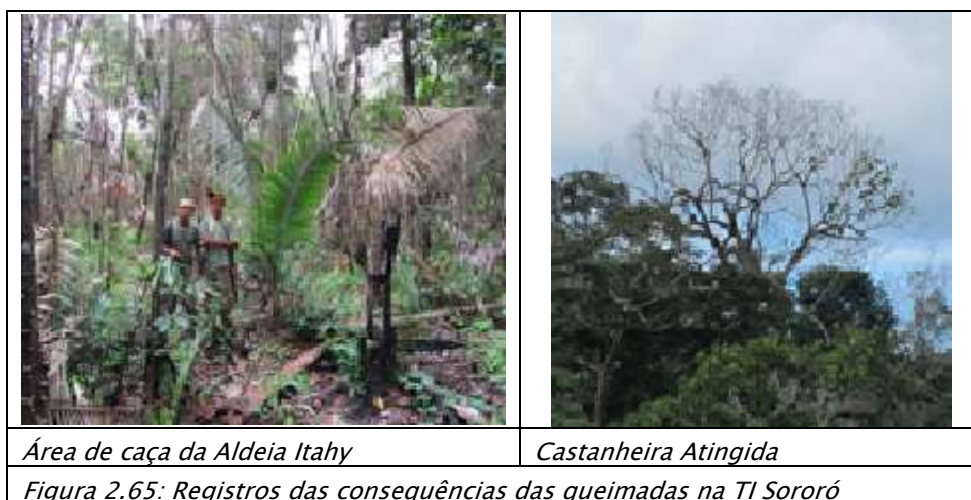
*Em 1996 um incêndio provocou a escassez de alimentos para a população aikewara (Beltrão, et al. 2008). Dois anos depois, em 1998, Beltrão (2008) coletou um depoimento onde os Aikewara afirmavam que “depois das queimadas acabou a castanha, cupu e até o cacau... com as queimadas tendo chegado até o Água Preta deixando os paus tudo fininho”. Foi nesse período que aconteceu o primeiro grande incêndio na região e que necessitou da ajuda dos bombeiros de Marabá para ser apagado.*

*Em setembro de 2005, outro incêndio proveniente da BR 153 consumiu parte da TI Sororó. Foi um incêndio causado por fazendeiro que queimou a mata para transformá-la em pasto. O incêndio ficou fora de controle e destruiu novamente parte das plantações de arroz e milho dos Aikewara, tendo que o IBAMA solicitar a ajuda de um helicóptero.*

*Em 2007, houve outro grande incêndio que veio da Fazenda Abadia e acabou com tudo. Foi uma semana um helicóptero jogando água em cima do fogo. Nesse incêndio de 2007, os moradores da aldeia Itahy perderam mais de 60 castanheiras queimadas, um prejuízo econômico sem precedentes.*

*Recentemente, no dia 27 de setembro de 2010 a estrada foi novamente obstruída durante um dia pelos moradores da aldeia Itahy. A obstrução foi motivada por mais um incêndio florestal às margens da rodovia dentro dos limites da TI que consumiu sua mata, castanhais e parte da roça de mandioca. De acordo com eles, as autoridades do governo só compareceram à região após 7 dias do início do incêndio. Esse último incêndio queimou uma grande parte da TI Sororó.*

*De acordo com os moradores da aldeia Itahy, foram três os maiores incêndios na região: em 1999, 2007 e 2010. As maiores atingidas pelas queimadas são as castanheiras que são fracas para fogo. Segundo os Aikewara, queima o seu miolo e logo caem. O fogo mais devastador para os castanhais foi o de 2007, que veio da Fazenda Abadia e acabou com tudo, inclusive com mais de 60 castanheiras dos moradores da aldeia Itahy.*



*Visitando a área que foi queimada por duas vezes em 2010 junto com Ikatu Suruí, este afirmou que “essa mata queimada vai cair toda e vai demorar de 10 a 15 anos para crescer de novo”. Os paus secaram e a mata fica feia. Fica igual à mata derrubada”.*

*Segundo ele, “toda essa região era de mata bonita, mata virgem mesmo, mas de tanto queimar parece uma capoeira. Ficou uma mata feia, cheia de espinhos e cipozal, que nem os bichos gostam de andar. A cada ano que passa o fogo vai entrando mais para dentro por que cada queimada deixa a mata mais baixa e fácil de queimar”. Tibaku, líder da aldeia Itahy, também confirma que “a mata queimada fica ruim para a caça porque acabam as árvores com as frutas que os animais comem”.*

*As queimadas já mataram muitas queixadas e jabutis. As queimadas aliadas ao roubo de jabutis pelos não-indígenas estão acabando com a população desses animais. Afirmam também que o mel já acabou por causa das queimadas (tinham um projeto de apicultura iniciado em 2003).*

*As informações demonstram o efeito que os incêndios têm tido sobre os polinizadores da região, comprometendo a produção dos castanhais, o mais importante recurso econômico para os Aikewara, comprometendo também a produção de frutas na mata, fundamentais para a alimentação dos seus animais de caça.*

*Nessa queimada de 2010, os Aikewara contaram com o apoio do programa Prevfogo do IBAMA. Este ano, de acordo com informações da coordenadora do PrevFogo do IBAMA de Marabá, Sra. Eliese Cristina de Oliveira, obtidas durante um entrevista realizada no dia 21 de fevereiro de 2011, provavelmente a brigada volta com o dobro da capacidade utilizada no ano passado. Parte do motivo dessa ampliação é porque o Parque da Serra das Andorinhas queimou muito no ano passado. Estão prevendo então uma ação com duas caminhonetes e 29 pessoas que sempre ficam lotadas, por seis meses, em São Geraldo do Araguaia. Mas essa decisão ainda não é oficial. De acordo com a SEMA de São Geraldo do Araguaia, a prioridade do Prevfogo são as terras indígenas e unidades de conservação. Assim sendo, na região, a prioridade da ação deles é a TI Sororó e o Parque da Serra das Andorinhas.*

*Existe a possibilidade do treinamento de brigadas voluntárias em que o IBAMA fornece a capacitação e o treinamento. Às vezes chega a fornecer também alguns equipamentos.*

#### **A experiência com a BR 153 e a relação com os novos empreendimentos**

*Pode-se afirmar sem grandes dúvidas que a maior ameaça à manutenção do modus vivendi dos Aikewara é a BR-153, que atravessa a TI por 11 km. Para além da perda original não indenizada de 200 ha de território, considerando as piçarreiras e a cobertura vegetal no entorno próximo, ano após ano a estrada é origem de inúmeras agressões ao território, como vimos aqui, sobretudo sob a forma de queimadas e incêndios. Em setembro e outubro de 2010, os Aikewara observaram atônitos a perda de pelo menos 4 mil hectares de mata, para não mencionar as centenas de animais, consumidos por um incêndio iniciado nos acostamentos da rodovia - provavelmente originado pelo descaso de motoristas.*

*Com a estrada, observou-se a multiplicação de lotes e fazendas no entorno da TI, contribuindo para o aumento da incidência de queimadas que atingem a reserva, como o incêndio em 2007, que consumiu cerca de 3.000 hectares da TI Sororó e o de 2010, de maiores proporções ainda. Mesmo na estação das chuvas, o fluxo de veículos na via interestadual, sobretudo de caminhões, apresenta riscos à população local, como o atropelamento dos já escassos animais e até mesmo de indígenas, com um óbito confirmado.*

*Por essa mesma rodovia, os Aikewara enfrentarão os maiores impactos da construção da hidrelétrica de Santa Isabel, no rio Araguaia. Sabe-se que será justamente pela BR-153*

*que serão realizados os transportes da mão-de-obra especializada, além de cerca de 5.000 trabalhadores e “matéria-prima leve”.*

*Equação simples: aumento no fluxo de veículos significa aumento nos riscos para a população aikewara. Isto sem mencionar o desenvolvimento das áreas, vilas e cidades no entorno da TI Sororó e, com isto, toda a sorte de malefícios que este tipo de situação traz a uma população indígena: impacto que já começa a ser observado com o crescimento das cidades de Marabá, São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia.*

*Se, por um lado, a população da TI Sororó comemora sua recuperação demográfica – viram-se reduzidos a 40 indivíduos nos anos que se seguiram ao contato –, por outro, se mostram cada vez mais preocupados a respeito dos desafios que este movimento lhes impõe. Uma população crescente, acuada em seu território, que observa o desaparecimento cada vez mais acelerado das condições necessárias para a reprodução de seu modus vivendi.*

*A produção de alimentos encontra-se comprometida pelas queimadas, de modo que as caçadas estão cada vez mais difíceis. Impedidos de obterem alimentos pelas vias tradicionais, não é de se estranhar que os mais jovens frequentemente procurem empregos nas cidades vizinhas e até mesmo em outras TIs, como Mãe Maria e Cateté. Tal movimento dispersivo compromete o critério mais básico da socialidade aikewara, “o viver junto”. Se no pós-contato viam-se ameaçados pelo extermínio, passados cinquenta anos, recuperados do golpe inicial, os Aikewara veem-se ameaçados pela destruição de seu estilo de vida, pela impossibilidade de autodeterminarem os rumos de sua sociedade. Movimento vivenciado como transformação gradativa em branco, em kamará.”*

### 1.1.2. TI APINAJÉ

Os trechos abaixo foram extraídos do texto do item ‘Avaliação de Impactos’ do Estudo Etnoecológico executado em relação a esta TI.

*“Como já descrito neste relatório a região do interflúvio entre os rios Araguaia e Tocantins é o lar dos Apinajé, e com isso podemos afirmar que qualquer modificação ou interferência neste território cuja apropriação de pertencimento gera conflitos, já verificados historicamente, na relação entre os cupem (não índio) e os Apinajé (mehin), visto que a territorialidade, para os Apinajé, é afirmada e marcada não apenas pelo espaço físico.”*

*“A mudança acelerada no entorno da TI Apinajé é para os Apinajé um impacto em seu território tradicional e vai além do impacto antrópico na área demarcada, com as consequentes tensões devido às invasões por parte de caçadores, extrativistas e madeireiros, e da inoperância ou incapacidade do órgão indigenista em relação a esta questão, compromete para as gerações futuras a visibilidade histórica de sua ocupação.”*

*“Se esta é uma situação recorrente e presente em várias Terras Indígenas, no caso em pauta os Apinajé têm buscado um controle sobre seu território desenvolvendo estratégias de ocupação com o desmembramento de suas aldeias, reocupando pontos de antigas aldeias, diminuindo assim a vulnerabilidade de seu território.”*

*“Os Apinajé sabem que o seu território tradicional, que eles chamam de “antigo”, vai muito além daquele circunscrito na demarcação de 1985. Sabem que o processo de regularização fundiária é, mais que a legitimação de sua posse e ocupação em um dado território, é uma “negociação” política, onde os interesses dos políticos e moradores locais diferem daqueles dos índios. Interesses que tem a ver com projetos políticos antagônicos*



*de futuro, ancorados em diferentes elaborações sobre o conceito de “desenvolvimento”. Para os Apinajé, o “desenvolvimento” tem a ver com a possibilidade de reprodução física, o seu crescimento demográfico, e a sua reprodução cultural, o modo de ser, de existência, que se fundamenta em uma relação indissolúvel com o “meio ambiente” e com o espaço social do qual este faz parte.*

*Cabe, neste sentido, enfatizar que até cerca de 1940, aproximadamente, os Apinajé ainda habitavam águas do Araguaia, voltando a ocupar a região em 1984.*

*Em 1897, Coudreau afirma que, em tempos antigos, os Apinajé habitavam as florestas na margem esquerda do igarapé Apinajés (afluente do Araguaia em sua margem esquerda), a montante de São João do Araguaia, mas que havia anos que nenhum Apinajé aparecia naquele lado do rio, nas florestas paraenses, possuindo então uma aldeia em Goiás (hoje Tocantins) na região do São Vicente.*

*Os Apinajé que ocupavam águas do Araguaia são referidos como Rôrcôjoire . As referências históricas desta ocupação são precisas, Villa Real em 1792 registra a existência de quatro aldeias nas margens do Araguaia, contra as quais solicitou a proteção dos Carajás. Em 1824, registra-se menção a uma aldeia Apinajé na região do Araguaia, com população estimada por Cunha Matos em 1400 pessoas. É este grupo que Coudreau afirmou habitar a região de São Vicente na virada do século. De acordo com a tradição oral Apinajé, no início do século haviam duas aldeias deste grupo, uma na barra do ribeirão São Martinho ( com o Araguaia) e outra, chamada de São Paulo, no Araguaia mesmo. A aldeia São Vicente, não mais existia, tendo em seu lugar se originado a atual localidade de Araguatins.*

*Portanto:*

- 1– Os Apinajé são também moradores de águas do Araguaia. Suas referências históricas estão associadas a região e as relações de guerra e alianças com os Kaiapó.*
- 2– Os Apinajé perceberam que este território tradicional, não contemplado na área da TI Apinajé, não pode ser compartilhado com a sociedade envolvente, já que esta não lhes permite o livre trânsito e acesso a seus recursos. E, apaga e não reconhece as marcas históricas de sua ocupação neste território.*

*Como exemplo citam a região da barra do rio Mosquito com o Tocantins onde habitaram quando da travessia do Maranhão para o bico do Papagaio. Neste local contam que havia um conjunto de “pedras pintadas” como testemunho de sua ocupação. Nesta região, onde o rio Tocantins era mais estreito, por isso o nome de Estreito para a localidade que o margeia, foi construída a barragem de Estreito, provavelmente alagando estes testemunhos de origens mais distantes.*

*Segundo estudos glotocronológicos, a cerca de quatrocentos anos atrás houve um fracionamento de um grupo primevo que deu origem aos atuais Kaiapó, Apinajé e Suyá. Este mesmo grupo primevo teria se cindido, um século antes, do grupo ancestral dos atuais Timbira Orientais.*

*Ou seja, podemos inferir que a travessia do Tocantins, que os separa fisicamente dos demais Timbira, deve ter se dado há cerca de quinhentos anos. E que a as disputas entre este grupo primevo fez com que os Kaiapó (e Suyá) atravessassem o Araguaia, embrenhando-se pelas matas paraenses. A memória oral dos Apinajé é rica nas*

---

referências aos Kaiapó, e justificam o abandono da margem esquerda do Araguaia pelo medo “da borduna” dos Kaiapó.

Se este ponto de referência histórica, a morada na barra do Mosquito com o testemunho das pedras pintadas, foi apagado espacialmente, os Apinajé manifestam preocupação com outros dois pontos que sentem deveras ameaçados:

- 1- A caverna dos morcegos, Kenkré, “debaixo” da Lagoa de São Bento. Nimuendaju faz referência que “no sertão de São Vicente, para as bandas do Araguaia, existe a serra dos Morcegos, onde há uma grande caverna que tem uma entrada em baixo e em cima, muito alta, uma espécie de janela. Em tempos idos, era ali a habitação dos kupen-dyêb, seres de forma humana, porém dotados de asas de morcego.” Tanto Nimuendaju como os Apinajé atuais contam como enfrentaram os Kupun-dyêb, que fugiram deixando uma grande quantidade de machados de pedra e um menino, que os Apinajé levaram para a aldeia, e que veio logo depois a falecer, mas antes os Apinajé aprenderam com o menino a cantiga de sua gente, e que cantam ainda hoje.

A localização desta caverna é conhecida pelos Apinajé. Atualmente tem sido muito difícil o seu acesso, já que se encontra em uma fazenda. Este é um ponto que os Apinajé querem ter a garantia de seu reconhecimento como território tradicional a ser incluído na TI Apinajé.

- 2- Outro ponto é a localização de uma antiga aldeia, onde existe, segundo os Apinajé, uma tora de pedra como testemunho de sua ocupação. Esta aldeia está localizada perto da Serra Negra (ou Serra Morena como é referida por muitos regionais). Esta ligada a épocas ancestrais quando a cobra grande, kanen-ro’ti subiu do mar e fez os rios Tocantins e Araguaia, deixando às suas companheiras menores o trabalho de fazer os rios menores e os riachos (Nimuendaju, 1956:137) Os Apinajé contam que choveu muito nessa época e que a enchente do Tocantins se encontrou com a enchente do Araguaia, e que toda a terra ficou debaixo da água. Contam que muitos Apinajé fugiram para esta Serra, Ken-Klima-ti, um morro que fica atrás de São Vicente, para as bandas do Araguaia. E ficaram morando nesta serra, mesmo depois que a água baixou, mas não tinham mais nenhuma muda nem semente, alimentando-se de palmitos e cocos. Um casal Apinajé conseguiu salvar mudas de mandioca e sementes guardando em grandes cabaças que amarradas umas as outras flutuaram levando-os sentados. Logo que a água baixou, este casal procurou um lugar para fazer uma roça. Depois de alguns eventos os Apinajé que estavam em cima da serra encontraram a roça do casal e ficaram com ele até a colheita, quando levaram mudas e sementes. Esta aldeia fica perto da Lagoa Seca.”

## 1.2. Quantificação da população, aspectos de subsistência e segurança alimentar, grau de antropização, organização social e política;

### 1.2.1. TI SORORÓ (SURUÍ / AIKEWARA)

Os trechos abaixo foram extraídos do texto do item Diagnóstico Ambiental do Estudo Etnoecológico.

#### *“2.3.2. Aspectos demográficos da sociedade Aikewara*

*Decorridos cerca de sessenta anos das relações do contato dos Aikewara é possível observar um processo de recuperação e crescimento demográfico. Ao final da década de 1950, época dos primeiros contatos sistemáticos e registros dos padres dominicanos, a população era de 126 pessoas (cf. Laraia, op.cit.:29). Apesar da assistência dos missionários, seguiu-se um período de intensificação das relações com regionais, ocasionando epidemias de gripe e acentuada depopulação num curto espaço de tempo.*

*No início da década de 1960, a população registrada por Laraia era de 40 pessoas, sendo 14 homens, 7 mulheres e 21 crianças (idem:30); de acordo com a perspectiva da ‘fricção interétnica’ que orientava aquele trabalho,<sup>2</sup> um processo de ‘marginalização’ do grupo foi aventado pelo autor como hipótese de sobrevivência – e não desaparecimento como sociedade etnicamente diferenciada. Não parecia possível então prever a sua recuperação e o crescimento populacional que se verificaram.*

*Os registros e os dados censitários relativos aos Aikewara só passaram a ser sistematizados a partir da instalação do posto da FUNAI, em 1973.<sup>3</sup> Em março de 1975, a população era de 64 pessoas, sendo 29 do sexo masculino e 35 do sexo feminino (cf. Queiroz, 1975). Já em fevereiro de 1976 eram 74 indivíduos, sendo 35 homens e 39 mulheres (cf. Ferraz, 1976).*

*O salto havido nos anos seguintes evidenciou o crescimento populacional ocorrido: em fevereiro de 1985 (cf. Ferraz, 1985 a), a população dos Aikewara era de 105 pessoas (54 mulheres e 51 homens) e, em novembro do mesmo ano, mais seis crianças tinham nascido (111 indivíduos). Observava-se ainda que o número de nascimentos de indivíduos do sexo masculino tinha diminuído em razão inversamente proporcional ao aumento de nascimentos de indivíduos do sexo feminino, tendência que viria a se traduzir num ligeiro desequilíbrio demográfico, inverso àquele observado por Laraia em 1961, que motivara alguns arranjos poliândricos.*

*Entre julho de 1988 e julho de 1991 – quando a população era de 141 indivíduos (cf. Vieira Filho, 1991), o crescimento registrado foi de 15,5%. Em novembro de 1996, a população total era de 167 indivíduos, sendo 153 na aldeia (87 mulheres e 80 homens) e 14 pessoas residindo em São Domingos do Araguaia. No decorrer deste período (1976–1996), seis regionais (três mulheres e três homens) e três Parakanã agregaram-se aos Aikewara através de casamentos.*

*Em meados da década de 1980, diante da indisponibilidade de rapazes solteiros (de acordo com as patrinhagens) e por interveniência dos agentes do CIMI, houve quatro casamentos de moças aikewara com rapazes Parakanã (dadas a semelhanças lingüísticas e culturais). Após o nascimento dos respectivos primogênitos, ou seja, consolidada a união,*

<sup>2</sup> Situação geográfica do grupo combinada com a natureza da frente pioneira da sociedade nacional.

<sup>3</sup> Havia registros anuais da população ‘Surui’ desde o início da década de 1970, realizados pelo médico da Escola Paulista de Medicina (EPM) que chegou a acompanhar frei Gil em algumas visitas à aldeia.

elas foram levadas por seus maridos para a TI Parakanã. Mais tarde (1995), houve um outro casamento de mulher adulta (após separação) com um Parakanã (de Paranatinga). Apenas uma delas não retornou até o presente, tendo permanecido entre os Parakanã. Apesar dos casamentos, não parece haver, contudo, relações de aliança efetiva estabelecidas entre os dois grupos.

Em 1996, a população era de 167 Aikewara (sendo 87 homens e 80 mulheres) e 9 regionais (agregados por casamentos). No período compreendido entre 1976 e 1996, verificou-se uma taxa de crescimento populacional de 4,06% ao ano, o que permite estimar que a população Aikewara duplica num intervalo de 17,24 anos, mantidas as baixas taxas de mortalidade infantil (e geral) verificadas.

As elevadas taxas de crescimento populacional ficam evidenciadas pelos dados que se seguem. Em dezembro de 1999 (cf. Barnes, 2003:61), os Aikewara somavam 218 indivíduos, conforme apresentado no Quadro 2.3.1.

Quadro 2.3.1: População Aikewara - dez.1999 (Fonte: Barnes, 2003)

<b>Faixa etária</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
0-10	43	44
11-20	26	26
21-30	19	19
31-40	08	11
41-50	07	05
51-60	03	01
61-70	02	01
71 e mais	02	01
<b>Subtotal</b>	<b>110</b>	<b>108</b>
<b>Total</b>	<b>218</b>	

De acordo com estes dados, 39,9% da população Aikewara era constituída por crianças até 10 anos e 23,8% por jovens de 11 a 20 anos, o que totalizava 63,7%, demonstrando ser um grupo formado por uma população predominantemente jovem. Esta tendência permanece, diante da elevada taxa de natalidade observada.

Em julho de 2004, de acordo com os dados da FUNASA/Marabá, a população Aikewara era de 245 pessoas (ou 265, considerando uma família Guajajara / Tenetehara, composta por 12 pessoas, oriunda da TI Lagoa Comprida (MA) que, desde 2000, havia se fixado na TI Sororó (tendo havido um casamento com moça Aikewara), dois homens adultos Parakanã e seis regionais (três homens e três mulheres), agregados por casamentos (Quadros 2.3.2 e 2.3.3). Em junho de 2003, houve um óbito da mulher mais velha do grupo (Wa'á), com idade estimada em torno de 80 anos e, em junho de 2004, registrou-se um óbito de uma menina de cinco anos (causa ainda desconhecida, mas provavelmente por desnutrição aguda). Em junho de 2009, registrou-se um outro óbito de mulher adulta (Tahá), com mais de 70 anos, vitimada por câncer. O Quadro 2.3.4. apresenta a distribuição da população por faixas etárias nas aldeias Sororó e Itahy.

Quadro 2.3.2: População aikewara – julho 2004

<i>Faixa etária</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
<i>0-10</i>	<i>46</i>	<i>51</i>
<i>11-20</i>	<i>37</i>	<i>33</i>
<i>21-30</i>	<i>27</i>	<i>21</i>
<i>31-40</i>	<i>07</i>	<i>12</i>
<i>41-50</i>	<i>06</i>	<i>08</i>
<i>51-60</i>	<i>06</i>	<i>04</i>
<i>61-70</i>	<i>03</i>	<i>01</i>
<i>71 e mais</i>	<i>03</i>	<i>-</i>
<b><i>Subtotal</i></b>	<b><i>135</i></b>	<b><i>130</i></b>
<b><i>Total</i></b>	<b><i>265</i></b>	

Fonte: FUNASA/Marabá, julho 2004.

Quadro 2.3.3 – População aikewara distribuída por faixas etárias – set. 2005

<i>Faixa etária</i>	<i>Aikewara</i>		<i>Outras etnias*</i>		<i>Não indígenas</i>	
	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>
<i>0-5</i>	<i>35</i>	<i>31</i>	<i>-</i>	<i>2</i>	<i>1</i>	<i>1</i>
<i>6-10</i>	<i>16</i>	<i>19</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>1</i>
<i>11-20</i>	<i>33</i>	<i>37</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>1</i>	<i>-</i>
<i>21-30</i>	<i>21</i>	<i>23</i>	<i>2</i>	<i>4</i>	<i>2</i>	<i>-</i>
<i>31-40</i>	<i>14</i>	<i>9</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>41-50</i>	<i>4</i>	<i>2</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>2</i>
<i>51-60</i>	<i>4</i>	<i>6</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>61-70</i>	<i>2</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>71-80</i>	<i>-</i>	<i>4</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<i>+ 81</i>	<i>-</i>	<i>1</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
<b><i>Sub-total</i></b>	<b><i>129</i></b>	<b><i>133</i></b>	<b><i>6</i></b>	<b><i>11</i></b>	<b><i>6</i></b>	<b><i>4</i></b>
<b><i>TOTAL</i></b>	<b><i>262</i></b>		<b><i>17</i></b>		<b><i>10</i></b>	

Fonte: Equipe local de saúde – setembro 2005. \*Guajajara e Parakanã (Paranatinga).

OBS.: não está registrada aqui a população total da aldeia Itahy, constituída por 03 famílias com cerca de 26 pessoas (a mãe é não-indígena, assim como seus dois filhos do primeiro casamento).

Quadro 2.3.4 – População Aikewara distribuída por faixas etárias – julho 2010

a) Aldeia Sororó

Faixa etária	Aikewara		Outras etnias (Parakanã)		Não indígenas	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
0-5	35	26	-	-	-	-
6-10	24	31	-	-	-	-
11-20	33	34	-	-	-	-
21-30	25	22	-	2	-	1
31-40	16	18	-	1	-	-
41-50	6	6	-	-	1	1
51-60	7	5	-	-	-	1
61-70	1	2	-	-	-	-
71-80	-	3	-	-	-	-
+ 81	-	2	-	-	-	-
Sub-total	147	149	-	3	1	3
<b>TOTAL</b>	<b>296</b>		<b>3</b>		<b>4</b>	

Fonte: Calheiros, 2010.

b) Aldeia Itahy

Faixa etária	Aikewara		Não indígenas	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
0-5	1	6	1	3
6-10	1	1	5	3
11-20	1	2	5	-
21-30	2	-	3	2
31-40	-	-	1	1
41-50	-	-	1	-

<i>Faixa etária</i>	<i>Aikewara</i>		<i>Não indígenas</i>	
	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>
<i>51-60</i>	-	1	-	-
<i>61-70</i>	-	-	-	-
<i>71-80</i>	-	-	-	-
<i>+ 81</i>	-	-	-	-
<i>Sub-total</i>	5	10	16	9
<i>TOTAL</i>	15		25	

Fonte: Calheiros, 2010.

*A drástica redução territorial sofrida ao longo de meio século de relações de contato e o acentuado crescimento demográfico verificado nos últimos vinte anos traduzem-se atualmente em deficiências alimentares de um modo geral e no quadro de saúde debilitada da população Aikewara, como demonstram os casos de desnutrição infantil e epidemias de malária anuais.*

*A assistência à saúde dos Aikewara é prestada diretamente por uma auxiliar de enfermagem, em um sistema de revesamento nas aldeias a cada três semanas, contratada pela Associação dos Povos Indígenas do Tocantins (APITO) que, através do Polo Base em Marabá administra o convênio com o Ministério da Saúde. Na aldeia existem um Agente Indígena de Saúde e outro de Saneamento, com reduzida atuação.*

*A transição FUNASA/ Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena está em curso, embora não sejam preconizadas mudanças efetivas, a não ser o desligamento da FUNASA com as devidas adequações burocráticas.”*

### **“2.3.3. Organização sociopolítica**

*Os Aikewara distribuem-se em patrigupos auto-referidos como ma'é-kwera – pronome interrogativo (ma'é) seguido de sufixo que indica passado ou separação de um todo (kwera), parte (cf. Calheiros, 2011) – com denominações: Koati'ara (os quati), Saopakani (gavião), Inatayw (coqueiro), Ukwytakwera (taboca) e Karajá (termo usado para designar indígenas não falantes de dialetos tupi). A regra de residência segue tendências gerais dos povos Tupi-Guarani, a saber, uxorilocalidade temporária (brideservice), seguida de ambi- ou neo-localidade. São veladas as disputas internas em relação à chefia política entre a sociedade aikewara, devido ao fato de esta ser hereditária, pertencendo ao clã koati'ara, descendentes do herói mítico Moronekó, o primeiro murerekotareté (chefe de verdade). Todavia, toda patrilinearidade apresenta o seu chefe-representante independente, o moruwisawa (homem grande). Destarte, é possível observar entre os Aikewara, assim como nas demais sociedades tupi contemporâneas, que estes conjuntos de unidades familiares correspondem a círculos de poder relativamente independentes e, por vezes, com interesses antagônicos: alianças e fissões costumam, assim, operar com frequência na dinâmica social e as separações espaciais expressam estas diferenças – este foi o caso, por exemplo, da formação, em 2003, da aldeia Itahy, localizada junto ao limite sudeste da área. Assim, a despeito da unicidade étnica, a ‘unidade’ do grupo – manifesta, por*

*exemplo, na formação de “roças da comunidade”, ou o “gado da comunidade” – é, em geral, uma construção dos agentes externos, diante de uma aparente dificuldade de compreender as distinções internas e, conseqüentemente, lidar com elas.*

*Desde os primeiros momentos do contato com não-indígenas, 4 os Aikewara demonstravam muita curiosidade pelo seu modo de vida. A quantidade de objetos novos que avistavam nos barracões que espionavam secretamente até o início da década de 1950 fazia crescer cada vez mais os anseios de um encontro com os kamará.*

*As especializações e a exogamia são responsáveis pela segmentação em vários grupos; na estação chuvosa, as famílias extensas saem em expedições de caça e coleta e na estação seca, predominam as atividades agrícolas e de caça (as roças estão situadas num raio que varia de 2 a 6 km da aldeia); nestas temporadas, permanecem em habitações afastadas do núcleo das aldeias (em geral, nas ‘colocações’, os castanhais, na mata).*

*O xamanismo é um aspecto significativo da cultura aikewara. Conforme os dados etnográficos recolhidos por Laraia (1967), o antigo murerekotareté Mussená e seu sucessor, Akwae'kwara, eram xamãs-cantores (se'engarae) importantes. Segundo os dados etnográficos recentes (Calheiros, 2011) Awassa'í, substituto de Akwae'kwara, atualmente com idade bem avançada, foi sucedido por Myhó na condução das funções cerimoniais. Contudo, dado o paradigma local, todos os homens em idade avançada são considerados como xamãs, possuidores de pasé (feitiço) e, portanto, capazes de assumir funções rituais, como a nomeação de recém-nascidos, cantar e curar.*

*O karuara é o ritual mais importante realizado pelos Aikewara, onde a participação dos homens é acentuada. Ocorre no período da derrubada das roças, geralmente após a queima (agosto), quando uma pequena casa cerimonial – tukasa – é construída na praça central da aldeia. Karuara é o espírito residual dos antigos se'engarae e murerekotaré que atacam os Aikewara por não serem capazes de reconhecê-los como parentes. Para serem reconhecidos como tal, todos os homens, guiados pelo se'engarae, usando de pintura corporal (jenipapo e urucum), dançam e cantam durante quinze dias seguidos, período no qual relações sexuais e o consumo de carne de caça são interditados.*

*Até há pouco tempo, os Aikewara costumavam enterrar os mortos no interior da casa, característica cultural de outros grupos da família lingüística tupi-guarani. Recentemente, foi preparado um cemitério nas proximidades da aldeia para o sepultamento de crianças; os adultos são enterrados na ‘aldeia velha’, situada a cerca de dois quilômetros da atual.*

*Deste modo, eram, sobretudo, as mortes que determinavam as mudanças e reconstrução de novos aldeamentos; é preciso “esquecer o morto”, segundo o xamã Awassaí, para que ele se reintegre ao mundo dos espíritos. Para os Aikewara, assim como para outras sociedades tupi (cf. Viveiros de Castro, 1986), vida e a morte são processos que formam um continuum, em cujo eixo podem intervir os xamãs. O sistema de conferir nomes pessoais, por sua vez, também é um operador deste continuum, à medida que os nomes pessoais, buscados em ‘sonhos’ pelos xamãs, retornam, em geral, a cada duas gerações – e cada patrigrupo parece possuir uma espécie de estoque, ou seja, um conjunto finito de nomes próprios.*

*As práticas xamanísticas de cura parecem não ser frequentes, mas não caíram em desuso. A realização de rituais mágico-religiosos, por sua vez, se intensifica por ocasião da derrubada e plantio de novos roçados. Estas práticas talvez não se verifiquem atualmente com a frequência observada entre outras sociedades tupi-guarani, possivelmente devido à*

---

<sup>4</sup> Kamará e tori (este, de origem karajá) são termos indistintamente usados para designar os não-indígenas.



*recente introdução de muitas atividades novas, como criação de galinhas ou de peixes, para consumo alimentar – ver adiante. No entanto, revestem-se de grande importância e significado simbólico para os Aikewara, enquanto expressão de sua identidade e de um sistema de valores que se reafirma permanentemente, em contraposição às pressões crescentes da sociedade do entorno.*

*Por interferência dos missionários do Conselho Missionário Indigenista (CIMI), as relações dos Aikewara com os Parakanã de Paranatinga resultaram em alguns casamentos na década de 1980, quando quatro mulheres foram para aquele aldeamento. Os missionários viam assim uma “solução” para o grande número de solteiros entre aquele grupo. Com os casamentos, as mulheres transferiram-se para lá, o que trouxe grande descontentamento para seus familiares, dada a regra de residência uxorilocal entre os Aikewara. Passados cerca de dez anos, elas foram retornando, trazendo seus maridos parakanã e os filhos nascidos desses casamentos.*

*Com os Parkatêjê, conhecidos como “Gavião” da TI Mãe Maria, na última década os Aikewara consolidaram relações de aliança e, sobretudo, de trabalho. Muitos jovens se deslocaram para aquela comunidade localizada a cerca de 40 km ao norte de Marabá (já no município de Bom Jesus do Tocantins), com a finalidade de prestar serviços remunerados, dada a disponibilidade de recursos monetários oriundos de um convênio com a Vale, firmado em 1990. Do mesmo modo alguns Aikewara foram trabalhar em períodos intermitentes entre os Xikrin da TI Catete, embora no passado essas relações fossem marcadas pelas disputas por territórios e mulheres.”*

#### **“2.4.6.6. A pesca e a insegurança alimentar entre os Aikewara**

*A redução dos estoques populacionais dos peixes nos corpos d’água do território Aikewara tem feito com que a atividade de pesca não seja mais uma fonte de proteína suficiente para alimentar as suas famílias. 45 famílias (63% do total) foram entrevistadas para saber se a pesca era suficiente para alimentar suas respectivas famílias. Para 64% dessas famílias entrevistadas ela não é suficiente. Apenas 16% delas afirmaram que sim.*

*Atualmente já é comum entre eles a prática de compra de peixes de vendedores não-indígenas que passam pela aldeia oferecendo peixes de criatórios da região. O tambaqui, por exemplo, é vendido na aldeia a R\$ 9,00 o quilo.*

#### **Recursos naturais: a economia dos Aikewara e os novos “projetos”**

*“A escassez de recursos naturais e o empobrecimento da dieta alimentar dos Aikewara parecem estar diretamente relacionados à exiguidade territorial e ao confinamento que lhes foram impostos pelas relações do contato nos últimos 50 anos”.*

*A coleta e comercialização da castanha no mercado local (em geral em Marabá), realizada também pelos grupos familiares, constituíram-se, sobretudo até 1995 – quando ocorreu um grande incêndio nas matas da TI Sororó – na única atividade que ainda vem proporcionando algum rendimento aos Aikewara, com vistas à obtenção de bens industrializados que se tornaram indispensáveis, tais como roupas, calçados, painéis, pratos, talheres, sabão, munição, etc.*

*A dieta aikewara continua baseada primordialmente na caça (jabutis, queixadas, veados, antas, macacos, guaribas) e na coleta de frutos silvestres (castanha, cupuaçu, bacaba e açai). A escassez crescente destes recursos naquela área levou-os a formular “projetos” destinados a agências de financiamento.*

*Entre 2002 e 2006, os “Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas” / PDPI (com recursos do PPG-7, administrados pelo Ministério do Meio Ambiente) patrocinaram as atividades de piscicultura (também com recursos da Cia. Vale do Rio Doce, devido à interferência do Projeto Carajás naquela área), ao lado do plantio de sementes e cultivo de mudas de espécies nativas para reflorestamento da TI.*

*Ao contrário deste projeto que contou com assistência e monitoramento, tendo sido gerenciado pela Associação Indígena Aikewara (fundada em 1998), o projeto de apicultura iniciado em 2003 através de recursos do governo estadual (Programa Raízes), não teve acompanhamento e se encontra desativado, sobretudo depois do último incêndio havido nas matas dos Aikewara (julho 2010), que afugentou as abelhas.*

*Distintamente dos recursos oriundos do PDPI, houve pouca autonomia na gestão dos projetos e recursos provenientes da Vale, empresa responsável pela exploração da Serra dos Carajás, em convênio que vigorou até 2005. Geridos pelos representantes da Administração Executiva Regional da FUNAI, em Marabá, o apoio da empresa trouxe insatisfação para as jovens lideranças; a descontinuidade da liberação de recursos provocava interrupção nas atividades dos novos “projetos”, gerenciados na aldeia por um técnico agrícola, contratado por terceirização.*

*Estas novas atividades atraíram e envolviam os jovens da comunidade, permanecendo os homens maduros e mais velhos – e suas famílias – dedicados às atividades tradicionais da caça, agricultura e confecção de artefatos cerimoniais, sobretudo plumária .*

*Até há pouco tempo, a pesca deixara de ocupar lugar de destaque enquanto fonte de obtenção de alimentos, dada a inexistência de mananciais na área onde se encontram, as cabeceiras do Tieté, como é chamado por eles o ‘Grotão dos Caboclos’. Mas a existência de olhos d’água permitiu a formação de tanques para piscicultura (açudes) – atualmente há três na aldeia Takwapuku, mas apenas um deles teve a finalidade de reprodução de espécies como tambaquis e tilápias (que foram totalmente consumidas), sendo hoje utilizado para lavar roupas e louças, sendo também fonte de dermatoses.<sup>5</sup>*

*O suporte na agricultura familiar de subsistência dá-se com alta rotatividade de aproveitamento de antigas capoeiras (sistema de pousio). Através do sistema tradicional de coivara (derrubada ou broca, queima e plantio), as famílias têm suas roças de milho, mandioca, macaxeira, abóbora, fava, inhame, algodão e diferentes cultivares de bananas, além de arroz, introduzido com o contato e cultivado nas chamadas “roças da comunidade”. O fabrico da farinha de mandioca, para consumo e eventual comercialização no mercado local, constitui-se numa atividade familiar tradicional praticada com muita frequência.*

*A criação de gado bovino, introduzida na década de 1970 pelo médico da Escola Paulista de Medicina que os visitava anualmente, com a intenção de melhorar a dieta protéica dos Aikewara com o consumo de leite, não parece ter sido apropriada de acordo com o padrão dominante vigente (como reserva de valor). Atualmente são 35 cabeças de gado, criadas em pastagem cercada, localizada junto à rodovia, com a finalidade exclusiva de obtenção de leite para consumo na aldeia.”*

---

<sup>5</sup> Na aldeia *Itahy*, por sua vez, observa-se maior abundância de recursos devido à sua localização, à margem esquerda do igarapé Gameleira, limite sul da Terra Indígena; a proximidade de castanheais e do rio assegura fartura para uma população constituída, em julho de 2004, por 26 pessoas (três famílias).

## 1.2.2. TI APINAJÉ

Os trechos a seguir foram extraídos do item “Síntese do Diagnóstico Ambiental do Estudo Etnoecológico realizado para a TI Apinajé:

### *“2.1. Organização social e política*

*Do ponto de vista da sua morfologia, as aldeias Apinajé têm as suas casas dispostas em um círculo cujo centro é uma área também circular e limpa (o pátio ou càà). As atividades quotidianas nas aldeias obedecem a um calendário ritual, regulado pelas atividades do “pátio”, centro das aldeias circulares e lugar da cena política propriamente dita – e, portanto dos homens. Ali, toda manhã e no final da tarde, os homens se reúnem com os “governadores” e “prefeitos” para decidirem ou avaliarem as atividades do dia ou as atividades necessárias para a conclusão ou prosseguimento de um ritual em curso.*

*O pátio (càà) é o lugar das atividades rituais e da vida pública: tudo o que chega ali (sejam pessoas de fora ou seja, bens materiais ou simbólicos) tem que ser visto por todos, participado com todos ou dividido com a totalidade da aldeia. O kringapé, ao contrário, é o lugar da mulher, da vida privada e das atividades cotidianas de subsistência; aqui nada se divide porque se está “entre parentes”.*

*A casa é da mulher, assim como a roça, local onde acontecem as atividades de geração e procriação dos filhos. A “casa” (ikré) constitui o “grupo doméstico”, unidade social que inclui uma mulher, seu marido e filhos, suas filhas casadas, genros e netos. Logo, numa mesma casa, é possível encontramos de duas a quatro famílias elementares (pai/mãe/filhos). Em cada casa, seus membros maiores atuam juntos para prover a subsistência dos filhos, sendo que os genros dedicam-se a trabalhar também na roça dos sogros e a repartir a carne conseguida, como forma de retribuição pela esposa recebida (o homem sempre deixa um pedaço da caça abatida por ele na casa da sua mãe e irmãs; mas é obrigado a dar a maior parte para sua mulher e filhos). Estes fatos são acentuados pela regra de residência uxorilocal (que determina que, com o matrimônio, o homem vá residir na casa da mulher, isto é, com os sogros) e fixa as atividades de subsistência e procriação em torno da mulher. Este processo faz com que os homens “circulem” entre duas casas (aquela da sua mãe, onde nasceu e foi criado e a aquela onde vai gerar sua descendência) e pelos matos e cerrados, atrás da caça.*

*A regra de residência é responsável ainda pela constituição de outro grupo social, mais abrangente que o grupo doméstico, denominado por Melatti de “segmento residencial”: quando uma a família elementar já possui filhas em condições de casamento, ela constrói uma nova casa ao lado da casa de sua mãe. Portanto, numa aldeia Timbira, sempre teremos uma linha de casas formada por um grupo de irmãs, que se ajudam mutuamente na tarefa de criação dos seus filhos. E a nomenclatura e regras de parentesco enfatizam esta solidariedade das irmãs ao determinar que todos nascidos num mesmo segmento residencial (e numa mesma geração, claro) são chamados e tratados como “irmãos” (isto é, os filhos de irmãs de mesmo sexo são “irmãos” entre si e não “primos”, como entre nós; logo, os filhos das irmãs são “filhos” e não sobrinhos; e os filhos de irmãs de sexo diferente, serão tratados por um termo que se utiliza para netos [tamwxy]).*

*Uma aldeia Timbira se constitui como um “grupo local” autônomo, isto é, que age politicamente e se apresenta frente às outras aldeias como unidade. Esta autonomia é gerada em e por um processo de cisão que leva algumas famílias a se desligarem da aldeia-mãe, por razões diversas (em geral, por acusações de feitiçaria ou por fuxico). Mas esta autonomia só se completa quando o novo grupo tem condições reais de realizar, sem*

*concurso das demais aldeias, os rituais mais importantes do ciclo anual. Esta unidade do grupo local se manifesta ainda na chefia (o pa'hi possui delegação dos grupos domésticos para decidir autonomamente sobre os interesses da aldeia, kri) e na utilização de uma porção do território para caça e coleta (quando uma nova aldeia é formada, seu local de instalação é via de regra acertado com os membros remanescentes da aldeia original, de forma a não sobrepor seus territórios de caça, fonte potencial de atritos entre as aldeias).*

*Cada aldeia tem seu “chefe” (pa'hi), como já foi dito, e possui autonomia de decisão. Não existe nenhum outro poder, que acima das aldeias, representaria todas as aldeias Apinajé. (como um conselho de chefes ou algo parecido).*

*Recentemente foram (e estão sendo) criadas várias associações locais, como a dos Apinajé das aldeias situadas na porção oeste do território, ligadas a aldeia São José, a Associação Krinduré.*

*Mas estas associações não têm mandato nem representação para tomar decisões pelas aldeias ou pelos Apinajé “em geral”. Por mais que se tente (seja a FUNAI ou sejam pessoas de fora, amigas dos índios, que vêm nesta generalidade um “avanço político”), a autonomia política do grupo local ainda prevalece.”*

### **1.3. Expectativas dessas populações em relação ao empreendimento.**

Os trechos abaixo foram extraídos do texto do item “Diagnóstico Ambiental” do Estudo Etnoecológico.

#### **1.3.1. TI SORORÓ ( SURUÍ / AIKEWARA)**

##### ***2.4.6.7. O AHE Santa Isabel e o futuro da pesca entre os Aikewara***

*Para os Aikewara uma conjunção de fatores levou nas últimas décadas à redução dos seus já diminutos estoques pesqueiros. A hidrelétrica de Tucuruí construída no final dos anos 70 foi o principal deles. Essa represa que não bloqueou a migração dos peixes de longas migrações como os grandes bagres (GESAI, 2010). O próprio processo de desenvolvimento e ocupação regional no qual a hidrelétrica de Tucuruí e o próprio projeto da usina de Santa Isabel estão inseridas tem provocado um adensamento populacional do entorno e grandes desmatamentos, interferindo no regime de chuvas regional e alterando o regime hidrológico de toda a região, pois como muito sabiamente declarou um Aikewara “a mata chama chuva”.*

*Embora as declarações feitas para as entrevistas aqui discutidas pareçam indicar uma sobrepesca praticada pelos próprios Aikewara, já que suas espécies de peixes mais pescadas e preferidas estão em franca diminuição, os problemas ambientais causados por esse processo de ocupação da região contribuíram para levar os Aikewara a essa situação de sobrepesca.*

*Dados apresentados pela SECTAM (2009) e Santos et al. (2004) apud GESAI (2010) confirmam que *Crenicichla cyclostomata* e *C. jegui* (jacundás), espécies consumidas pelos Aikewara, tiveram sua área de ocorrência alterada após a implantação da UHE Tucuruí, ficando sua distribuição restrita à área a jusante da usina e se tornando uma espécie criticamente em perigo.*

*Para as espécies migratórias, a construção da hidrelétrica funcionará como uma barreira ao fluxo gênico entre as localidades de sua ocorrência, já que os estudos realizados para o EIA de Santa Isabel demonstraram que as corredeiras de mesmo nome não são*

*obstáculos para o padrão de migração desses peixes migradores (GESAI, 2010). Coletas realizadas para a elaboração do EIA Santa Isabel demonstraram que os tributários de grande porte do rio Araguaia, o que inclui o rio Gameleira, apresentaram os maiores percentuais de espécies de peixes migradores de longa distância, demonstrando a importância desses ambientes como rotas de migração para essas espécies (GESAI, 2010). O mesmo Estudo afirma a importância dos grandes tributários do rio Araguaia, o que inclui novamente o rio Gameleira, na manutenção dos estoques pesqueiros do rio Araguaia. Fica claro então através desse Estudo que haverá redução na disponibilidade desses peixes migradores no rio Gameleira, afetando sobremaneira a disponibilidade de peixes para os Aikewara.*

*O EIA Santa Isabel continua afirmando que as espécies que não realizam migrações de grande distância possivelmente não serão afetadas “podendo até serem beneficiadas com a formação do reservatório”. Afirma também que a planície de inundação da Ilha do Bananal é o maior berçário de peixes do Araguaia. Neste caso, graças à vedação legal de construir qualquer outro aproveitamento hidrelétrico entre o AHE Santa Isabel e o trecho do Médio Araguaia, não haveria o bloqueio das populações de peixes que frequentam o rio Gameleira terem acesso aos seus locais de desova na planície de inundação da Ilha do Bananal, situada a montante do local previsto para o eixo do AHE Santa Isabel.*

*Para os Aikewara, a construção do AHE Santa Isabel traz grandes preocupações. Tendo cerca de dois terços da TI Sororó drenado por corpos d’água que deságuam no rio Tocantins, os Aikewara já sentiram grandes mudanças nos estoques populacionais de seus recursos pesqueiros, redução esta que não foi acompanhada por nenhuma medida compensatória. A construção do AHE Santa Isabel irá afetar os corpos d’água que drenam o terço restante e os Aikewara já sabem por experiência própria que isso irá provocar novas reduções nos estoques pesqueiros de seus igarapés, empurrando-os mais ainda para uma situação de insegurança alimentar e sobrepesca.*

*Os moradores da aldeia Itahy possuem grandes temores do que pode acontecer no rio Gameleira com a eventual instalação do AHE Santa Isabel. Temem que a água venha a inundar sua aldeia e os pontos de castanha que possuem rio abaixo:*

*“Já vimos o que aconteceu com Tucuruí. Passa hoje e tá seco, seis meses depois já está debaixo d’água”.*

*Para todos os Aikewara, a construção da UHE Santa Isabel provoca o medo de que não tenham mais peixes e jacarés para o consumo já que estes não subiriam mais os igarapés como aconteceu após a construção da barragem de Tucuruí:*

*“Antes comia muito peixe. Depois da barragem (Tucuruí) acabou tucunaré e matrinchã” (Arihera, mulher Aikewara).*

*“Agora estamos com fome por isso que não queremos que façam a barragem (Santa Isabel) aqui” (Umassu).”*

### 1.3.2. TI APINAJÉ

Os trechos abaixo foram extraídos do texto do item ‘Avaliação de Impactos’ dos Estudos Etnoecológicos.

#### *“4.2.1. Expectativas dos Apinajé sobre o Planejamento do Setor Elétrico*

*Os dados incluídos nos principais documentos de planejamento do setor energético apontam quatro grandes empreendimentos hidrelétricos para a região do baixo Araguaia e para o médio Tocantins;*

***Rio Tocantins:** UHE Estreito (em Operação), AHE Serra Quebrada (em Planejamento), AHE Marabá (em Estudo);*

***Rio Araguaia:** AHE Santa Isabel (em Estudo) no rio Araguaia.*

*Conforme descrito na Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos na Bacia do Rio Tocantins (EPE, 2007), as principais consequências do planejamento energético para a região do bico do papagaio em um cenário de médio prazo (ano 2015) estão relacionadas à perda de áreas produtivas, a atração de contingentes populacionais e, em menor escala, a população afetada pelos empreendimentos.*

*Com isso, pode-se esperar uma intensificação da dinamização da economia, o que novamente trará reflexos nos ambientes aquáticos e terrestres, em uma região onde já se verifica intensa fragmentação e conflitos pelo uso dos recursos naturais, além de uma potencial contribuição para uma provável descaracterização sociocultural de populações locais, sejam elas indígenas ou ribeirinhas. (EPE, 2007)*

*Além do aspecto cumulativo da atração populacional do conjunto de aproveitamentos planejados e existentes, deve se atentar também para a relevância dos impactos gerados pelas fases de planejamento destes projetos sobre o cotidiano Apinajé. As interferências geradas nas fases prévias do licenciamento ambiental muitas vezes acabam produzindo efeitos negativos sobre os povos indígenas, ocasionadas, principalmente, pelos conflitos internos sobre as decisões e pressões políticas a que estão submetidos, acarretando em uma desarticulação social e política.*

*No caso dos Apinajé este impacto é evidente e já remonta a quase três décadas de pressões e assédios do setor energético sobre eles, gerando expectativas e anseios relacionados principalmente à:*

- 1- Expectativa pela ampliação da terra indígena;*
- 2- Expectativa de aumento da insegurança territorial;*
- 3- Desunião da comunidade em função de conversas isoladas com lideranças da comunidade por parte dos empreendedores e setor elétrico;*
- 4- Confusão e dificuldade de entendimento sobre os vários projetos hidrelétricos planejados, muito devido a diversas informações, as vezes incompletas, vindas das mais variadas instituições externas.”*